

MATERIALIZAR O IMATERIAL: TURISMO CULTURAL NA CIDADE VELHA - CABO VERDE

Cláudia Sofia Beato, Nataniel Andrade Monteiro
Universidade Beira Interior, Universidade de Cabo Verde
cbeato@ubi.pt, natanmonteiro88@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objectivo central analisar o turismo cultural e sua importância no desenvolvimento de Cabo Verde, tendo como referência a Cidade Velha, que a partir do século XV, foi um importante centro cosmopolita, beneficiando, em 2009, do estatuto de Património Mundial. O argumento central é que Cabo Verde deve investir no turismo cultural, dando visibilidade às ilhas e localidades com a vocação para este tipo de turismo. Procura-se, através do método qualitativo, sobretudo por meio da pesquisa bibliografia e das entrevistas, analisar o potencial da Cidade Velha no desenvolvimento do turismo cultural. Propõe-se, como desafio, um novo paradigma de intervenção e de oferta turística na Cidade Velha, criando condições humanas e logísticas para um turismo cultural que possa materializar o título simbólico conquistado em 2009, à semelhança do que se tem verificado em outras cidades de origem e influência portuguesa, intituladas Património Mundial.

Palavras-chave: Turismo Cultural, Patrimonialização, Património Cultural, Património Mundial.

Abstract

This article aims to analyse the central cultural tourism and its importance in the development of Cape Verde, having as reference the Cidade Velha which, since the 15TH century has been a major cosmopolitan center achieving to reach in 2009 the status of World Heritage. The central argument is that Cape Verde should invest in cultural tourism, giving visibility to the Islands and locations with the vocation for this type of tourism. Seeks, through the qualitative method, in particular by means of research and bibliography of interviews, analyze the potential of the Cidade Velha in the development of cultural tourism. It is proposed as a new challenge and intervention paradigm of collective tourist accommodation in Cidade Velha, creating human and logistic conditions for a cultural tourism that can materialize the symbolic title won in 2009, as it has in other cities of origin and Portuguese influence, entitled World Heritage.

Keywords: Cultural Tourism, Having, Cultural Heritage, World Heritage.

Notas introdutórias

O modelo de turismo de sul/praias, na modalidade “*all-inclusive*”, desenvolvido em Cabo Verde, corroborando as perspectivas das Nações Unidas, tem um retorno nas comunidades locais muito inferior ao que seria desejável, estimando-se que de tudo o que pagam por um pacote nos seus destinos de origem, apenas 20% fique no país de acolhimento. Em alternativa a esta tendência, acredita-se que o turismo cultural é a aposta correcta para o sector, sendo apontada, entre os lugares onde este se deve desenvolver, a Cidade Velha, na medida em que se adequa a este perfil. Quem se desloca à cidade, sobretudo os visitantes oriundos de outros países, muitos dos quais vêm nos cruzeiros que aportam no Porto da Praia – confirmados pela curadoria da Cidade Velha – lamentam o facto de não se mostrar a cultura nem o importante património imaterial que supostamente, esteve na base da elevação a Património Mundial. Por outro lado, nos resultados preliminares de uma consulta à população, esta em nada sente a diferença entre o antes e o depois da elevação a Património Mundial, sentindo até que os benefícios económicos do turismo não têm revertido para a comunidade nem aproveitado o seu património humano.

I. Uma proposta metodológica

A proposta de materializar o imaterial enquadra-se na perspectiva de que a valorização da Cidade Velha, enquanto património, passa necessariamente pela promoção das práticas culturais da sua comunidade. A elevação da Cidade à categoria de Património

Mundial em 2009 é em si um acto simbólico, uma vez que as instâncias internacionais procuraram através desta acção reconhecer a importância deste património na formação da memória e da identidade cabo-verdiana. Assim, os agentes nacionais devem assumir o compromisso de preservar os valores culturais duradouros e sustentáveis da Cidade. A valorização, a preservação e a promoção da Cidade Velha no âmbito do turismo, dar-se-iam em função da intrínseca relação que se pode estabelecer entre o património material e o património imaterial, na medida em que o material gera o imaterial e vice-versa.

Partindo destes pressupostos, formulamos as seguintes questões de partida: como envolver as populações locais, sem que a cultura, o património cultural, a cidade e os seus habitantes, sejam transformados em meros actores numa cenografia construída para “turista ver”? Ao mesmo tempo, como disseminar os evidentes ganhos do turismo pela população, envolvendo-a no processo e tornando-a parte activa da protecção e interpretação do património material e imaterial da cidade, sem que tenha de estar sujeita a uma paragem no tempo, obrigada a não usufruir das vantagens da vida actual e do título do Património Mundial?

Para responder a estas questões, recorreremos ao método qualitativo, priorizando a pesquisa bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas. Perante a fraca doutrina de produção científica em Cabo Verde procuramos referências teóricas (livros e artigos científicos) que propõem a análise das diferentes perspectivas acerca do problema em estudo. A pesquisa enquadrar-se-ia precisamente na óptica de

que o conhecimento científico constitui um processo inacabado e permanente, receptivo a diferentes concepções analíticas. Os investigadores têm a incumbência de definir critérios metodológicos claros. A partir deste pressuposto, procuramos, através das entrevistas semiestruturadas à população, aos turistas, compreender um conjunto de argumentos que permitem elucidar o nosso objecto de estudo, considerando que o conhecimento constitui um processo de constante interacção entre a formulação conceitual e a pesquisa empírica e entre a percepção e a explicação (Bryman, 2012).

2. Turismo cultural, património e patrimonialização

De entre as abordagens teóricas sobre o conceito de turismo cultural (turismo cultural como procura de atracções histórico-culturais e como processo de mercantilização da cultura), apresentam-se algumas definições que permitem a construção de um quadro analítico que melhor se adequa à presente investigação. Na abordagem do turismo cultural como procura de atracções histórico-culturais, este pode ser considerado como sendo uma prática de viajar, cujo objectivo é experimentar atracções históricas e culturais de um país, a fim de aprender sobre o seu passado de forma divertida e informativa (Du Cros & McKercher, 2015). Na óptica do turismo cultural como processo de mercantilização da cultura, o turismo serve como etiqueta comercial para vender a cultura e o património cultural, o que pode ter impactos positivos como sejam a preservação redescoberta das tradições e a auto consciência local (Picard & Di Giovine, 2014), ou negativos, como o

excesso de mercantilização que pode converter a cultura num bem banal, chegando ao caso extremo de uma aculturação de tal modo intensa que pode conduzir à perda do que identifica a cultura local (James, 2014). A partir da década de oitenta do século XX, o turismo cultural apresenta-se como um dos segmentos de mercado que mais tem recebido a atenção por parte de organismos internacionais como sejam a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a própria Organização Mundial do Turismo (OMT). Na Europa, por exemplo, o turismo cultural é um dos agentes mais importantes da sua economia, desempenhando ainda um papel fundamental na mudança social e empresarial que o Continente tem vindo a viver (Richards, 2011). Os dados da The Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS), mostram que mais de 28% das viagens de férias dos europeus – equivalente a 38 milhões por ano – têm uma finalidade cultural (Rosa, 2003). O mercado do turismo cultural é competitivo, no qual muitas cidades e regi

lões procuram desenvolver as melhores estratégias com a finalidade de promover o seu património cultural.

O turismo cultural é uma estratégia de especialização que tem correspondido às novas tendências da procura, onde o património cultural ganha relevância, porque o seu tratamento é um recurso a partir do qual se pode criar uma série de possibilidades para a sua exploração comercial (Kaminski; Benson & Arnold, 2014), através da patrimonialização, cujo objectivo principal é institucionalizar mecanismos que permitam a sua protecção cultural, económica e simbólica (Falser, 2015).

Concretizam-se, de forma gradual, as medidas oficiais de reconhecimento e valorização do património cultural, inicialmente em relação aos bens culturais materiais e posteriormente aos bens culturais imateriais. É neste quadro, que movimentos internacionais – hoje conduzidos pela UNESCO – influenciaram sobremaneira as questões de conservação e restauro dos bens patrimoniais, assim como as relações entre a cultura e o turismo (Corá, 2015). Cabe ao Comité do Património Mundial da UNESCO, instituído em Novembro de 1976, quatro anos após a adopção da Convenção do Património Mundial (em Novembro de 1972), a função de avaliar e proceder à categorização e designação dos patrimónios considerados Patrimónios da Humanidade. Com a Convenção o Estados-membros passou a reconhecer-se a importância de preservar determinados patrimónios nos seus territórios, que haviam sido inscritos na Lista do Património Mundial.

A política de preservação dos patrimónios culturais materiais e imateriais passa a ter um espaço importante nas agendas de desenvolvimento dos governos nacionais. Em Cabo Verde, não é diferente, o Governo, através do Instituto de Investigação e do Património Cultural (IIPC), vem implementando um conjunto de políticas de preservação e valorização do património nacional com o objectivo de sensibilizar a população e agentes sociais para a sua protecção.

3. Cabo verde: materializar o imaterial numa nova abordagem de oferta turística na cidade velha

Algumas cidades de origem e influência portuguesa espalhadas pelo mundo são actualmente reconhecidas por abrigarem parte do chamado Património Mundial, destacando-se, entre outras, a cidade de Malaca (Malásia), cidade de Ouro Preto (Estado de Minas Gerais, Brasil), cidade de Olin-da (Estado de Pernambuco, Brasil) e Cidade Velha (Santiago, Cabo Verde). Estas cidades históricas contêm boa parte do património material e imaterial representando uma cultura que deve ser protegida e preservada no âmbito nacional e internacional, levando o símbolo, que se encontra representado na figura (1) seguinte.



Figura 1: Símbolo do Património Mundial

Fonte: <http://loirevalley-worldheritage.org>

A Cidade de Malaca, no sul da Malásia, é uma outra referência no que diz respeito a cidades de origem e influência portuguesas. Malaca foi declarada, em 2008, Património Mundial, e, no passado, serviu como uma

base estratégica para a expansão portuguesa nas Índias Orientais, tendo sobrevivido importantes monumentos como a Igreja de São Paulo e a Porta de Santiago da Fortaleza de Malaca, conhecida como “A Famosa” (Muzzi, 2014). A pequena cidade, notabilizada por ser o coração da cultura da Malásia, tem atraído turistas de diferentes partes do mundo, que procuram conhecer a sua história e o seu vasto património cultural, principalmente a famosa Porta de Santiago, museus e as lojas de antiquários ao longo da Rua Jonker, o que faz da cidade, uma das mais visitadas da Malásia.

No Brasil, duas cidades são dignas de referência. A primeira é a Cidade de Ouro Preto no Estado de Minas Gerais, fundada no final do século XVII e que foi inscrita como Património Mundial em 1980. No período setecentista, conhecido como a idade dourada do Brasil, Ouro Preto foi o principal centro da procura do precioso metal, ouro, até ao século XIX (Alçada; Litsitzin & Manz, 2013). A cidade apresenta um conjunto de patrimónios que constitui a sua riqueza cultural, como monumentos, chafarizes, pontes, museus, esculturas e ornamentos religiosos (Lopes, 2003). O turismo cultural foi introduzido ainda na década de sessenta, impulsionado por vários factores, entre os quais a valorização da cultura local e os monumentos arquitectónicos, além das festas tradicionais como a semana santa e o carnaval. A segunda é a cidade de Olinda no Estado de Pernambuco, Património Mundial em 1982. Fundada pelos portugueses no século XVI, Olinda esteve, historicamente, ligada à produção de cana-de-açúcar, um dos principais motivos da sua cobiça e alvo de invasão de holandeses em 1630 (Freyre,

2010). A cidade de Olinda apresenta um vasto conjunto de património arquitectónico e urbanístico único entre as metrópoles brasileiras de origem e influência portuguesa (Vasconcelos, 2002). De entre os patrimónios, destacam-se sobrados, jardins, igrejas barrocas, conventos, capelas que contribuíram significativamente para revitalizar o turismo nesta pacata cidade.

No caso da Cidade Velha (ilha de Santiago), objecto de estudo nesta investigação, é possível constatar a necessidade de uma nova abordagem no que se refere ao turismo cultural, na medida em que o título de Património Mundial não tem sido bem aproveitado para a dinâmica económica da cidade e nem da ilha de Santiago. Constatase a importância da Cidade Velha no facto da sua própria história se confundir com a de Cabo Verde. A ilha de Santiago, após a descoberta, foi dividida em duas capitánias, a do Sul, com sede na Ribeira Grande, que ficou sob a responsabilidade de António de Noli, e a do Norte, com sede na Vila de Alcatrazes, doada a Diogo Gomes (Cabral, 2015).

No processo da expansão portuguesa, a Cidade Velha desempenhou um importante papel, promovendo o tráfico negreiro e contribuindo para o desenvolvimento do comércio e da navegação entre os continentes (Ascher, 2013; Jerry; Jones; Koumana & Tinge, 2015). Por causa disso, a cidade teve uma transformação rápida e acelerada, onde os moradores chegaram a acumular grandes riquezas (Pereira, 2004). A criação do porto, a importância da cidade na economia da Coroa Portuguesa e a posição estratégica da ilha de Santiago em relação às rotas

marítimas, permitiram que a Ribeira Grande em 1533 se tornasse cidade, e se erigisse nela “a sede do bispado, abrangendo não só Cabo Verde, mas também a Guiné” (Cabral, 1995: 226). “Desde a sua fundação Ribeira Grande foi um centro socioeconómico, administrativo-militar e eclesiástico. Nos meados do século XVI, era um dos entrepostos comerciais de maior relevo no Atlântico” (Cabral, 1995: 226).

Porém, a cidade teve uma vida relativamente curta de 1460 a 1769, devido às condições naturais e posição estratégica do porto que foi alvo de cobiça de piratas e corsários (Rego, 2015). Estes factores contribuíram para o abandono da cidade, e, em 1712, após um violento ataque de corsários franceses, a cidade foi pilhada e incendiada, começando aqui o fim do seu poderio e importância, apesar do forte ter sido reconstruído no século XVIII (Correia e Silva, 1995). Em 1769, foi transferida a sede do governo da Ribeira Grande para a vila da Praia, em virtude de a primeira se encontrar quase totalmente arruinada e por “Decreto de 29 de Abril de 1858, foi a vila da Praia elevada à categoria de Cidade, consumou-se definitivamente a ruína da Ribeira Grande” (Pereira, 1988:80).

A Cidade Velha chega a estar abandonada, sobretudo, a partir do início do século XX, o património construído foi-se degradando e as habitações modificadas ou abandonadas. Entretanto, nas últimas décadas desse século, as autoridades e agentes sociais, empenharam-se num longo processo de tentativa de recuperação dos patrimónios da Cidade Velha. Porém, esta debate-se com uma série de desafios, em particular o de recuperar o espaço e a

sua dignidade no rol das antigas cidades portuguesas nos trópicos (Tavares, 2010). O Governo em 1990, através do decreto nº 121/90, de 8 de Dezembro, declara a Cidade Velha Património Nacional de Cabo Verde, permitindo que fossem feitas intervenções profundas de recuperação, através de uma forte parceria financeira e de assistência técnica, essencialmente, com Espanha e Portugal, para que se tornasse possível o sonho da sua candidatura a Património Mundial da Humanidade. Esse sonho acabou por se concretizar em 2009, aquando da sua declaração de Património Mundial, o que simbolizou para a Nação cabo-verdiana um importante marco histórico. Ante este cenário, criaram-se condições legislativas com o Plano de Gestão da Cidade Velha (2008-2012) para regular e impedir a construção ou alteração dos imóveis na área protegida da Cidade, sem a prévia autorização da Câmara Municipal e parecer do IIPC.

Em entrevistas aos turistas e à população, constatou-se alguma preocupação no que se refere ao desenvolvimento do turismo na Cidade Velha. Os turistas, por exemplo, congratulam-se com o facto de a cidade ser Património Mundial da Humanidade, porém muito mal aproveitado, lamentando aparentemente o facto de não se “ver” o património que esteve na origem da classificação da cidade e não se encontrarem manifestações culturais, nomeadamente artesanato local, entre outras. Nesta sequência, acredita-se que para produzir situações economicamente lucrativas para a Cidade e para a população, é necessário, como defende Boniface (2012), não apenas incentivar as pessoas, neste caso os turistas, a visitar esta localidade, mas também criar um ambiente no

qual estes possam estar convencidos de que vale a pena pagar pela experiência, o que na verdade tem falhado na Cidade Velha. A população, por sua vez, sente que os ganhos da actividade turística não revertem para a comunidade, sem que sejam aproveitados os seus potenciais recursos turísticos: vêem na elevação a Património Mundial da Humanidade, sobretudo, um entrave ao arranjo das suas habitações e ao acrescento de pisos, muito comum quando se pretende albergar mais membros da família nesta zona. Constata-se, em entrevistas realizadas a membros da comunidade, que a gestão do património cultural não está ao serviço da população da Cidade Velha e do seu desenvolvimento, como preconizava o Plano de Gestão da Cidade Velha (2008-2012), elaborado no quadro da candidatura a Património Mundial. Aliás, a UNESCO foi pre-remptória neste quesito, considerando que a população local deve participar de forma activa nesta gestão.

Considerações finais

A materialização das políticas de promoção e valorização do património cultural e de uma rede de “lugares de memória”, constitui uma mais-valia para se pensar o desenvolvimento sustentável do arquipélago de Cabo Verde e, concretamente, da Cidade Velha. Acções concertadas de planeamento do turismo cultural, no caso dessa cidade, integradas em políticas de planeamento comunitário com um estudo do tipo de alojamento e das acções e eventos a efectuar, podem ser respostas às questões de sustentabilidade, a médio e a longo prazo, deste destino e de tudo o que ele representa: o berço da cultura e da nacionalidade

cabo-verdianas. Se o turismo é uma actividade por excelência comercial, dominada essencialmente pelo sector privado com orientação para o lucro e objectivos económicos previamente delineados, no caso do Governo, significa que é imprescindível a existência de interlocução entre sítios históricos e o turismo. Nesta sequência, parte-se do pressuposto que as entidades, as empresas, as comunidades envolvidas no turismo cultural devem estabelecer, no caso da Cidade Velha, uma relação simbiótica entre o turismo e o património cultural, onde o primeiro possa ser visto como complemento dos objectivos da gestão deste Património Mundial, inserido num contexto social específico.

Referências

Alçada, M.; Lisitzin, K. & Manz, K. (2013). *Turismo e Património Mundial: Selecção de Abordagens de Gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*. Lisboa: Turismo de Portugal/Centro do Património Mundial da UNESCO.

Ascher, F. (2013). *Os Rabelados de Cabo Verde: História de uma Revolta*. Paris: L'Harmattan

Boniface, P. (2012). *Managing Quality Cultural Tourism*. London: Routledge.

Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. United Kingdom: Oxford University Press.

Cabral, I. (2015). *A Primeira Elite Colonial Atlântica: Dos «Homens Honrados Brancos» de Santiago à «Nobreza da Terra»*. Praia: Livraria Pedro Cardoso.

Cabral, I. (1995). *Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação*, in M. E. M. Santos (Coords.). *História Geral de Cabo Verde* (Vol. II, pp. 225-274). Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/ Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

Corá, M. A. (2015). *Do material ao Imaterial*. São Paulo: EDUC.

Correia e Silva, A. (1995). *História de um Sahel Insular*. Praia: Spleen.

Du Cros, H. & McKercher, B. (2015). *Cultural Tourism*. London: Routledge.

Falser, M. (2015). *Cultural Heritage as Civilizing Mission: From Decay to Heidelberg*: Springer.

Freyre, G. (2010). *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. São Paulo: Global.

James, K. J. (2014). *Tourism, Land and Landscape in Ireland: The Commodification of Culture*. New York: Routledge.

Jerry, S.; Jones, A.; Koumana M. & Tinge S. (2015). *History and Tourism in Cape Verde: Culture and Tradition*. New York: CreateSpace.

Kaminski, J.; Benson, A. & Arnold, David (Ed.) (2013). *Contemporary Issues in Cultural Heritage Tourism*. Abingdon: Routledge.

Lopes, T. (2003). *Rotas Nacionais: Fragmentando os Roteiros Turísticos sobre Ouro Preto*. In A. Banducci Jr. & M. Barreto (Orgs.). *Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica* (pp. 65-88). São Paulo: Papirus Editora.

Muzzi, G. A. (2014). *The Portuguese in Malay Land*. Braga: Vercial.

Pereira, D. (2004). A situação da Ilha de Santiago no 1º quartel do século XVIII. Praia: Alfa-Comunicações.

Pereira, D. (1988). Marcos Cronológicos da Cidade Velha. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Picard, D. & Di Giovine, M. A (Ed.) (2014). *Tourism and the Power of Otherness: Seductions of Difference*. Bristol: Channel View Publications.

Rego, M. (2015). *The Dialogic Nation of Cape Verde: Slavery, Language and Ideology*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishing.

Richards, G. (Ed.) (2011). *Cultural Tourism: Global and Local Perspectives*. Wallingford: New York and London: Routledge.

Rosa, B. M. (2003). Turismo y Gestión Cultural en las Islas Canarias: Apuntes para una Reflexión. PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 1, 1, 105-110.

Tavares, J. L. (2010). *Cidade do Mais Antigo Nome*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Vasconcelos, P. (2002). *Salvador: Transformações e Permanências (1549-1990)*. Salvador: Editus.